



A CÂMARA MUNICIPAL E A POPULAÇÃO DE CURITIBA EM PROL DAS DIRETAS JÁ (1984)

Natália Garcia Krainski¹

Após 1964, com o advento da Ditadura Militar, o povo brasileiro foi privado de exercer um direito básico de cidadania: escolher seus governantes democraticamente. Com o Ato Institucional nº1², de 9 de abril de 1964, determina-se que as eleições para a presidência e vice-presidência da república sejam indiretas, sendo realizadas através de votação no Congresso Nacional. O Ato Institucional nº3, de 5 de fevereiro de 1966, por sua vez, tornou indiretas as eleições para governador, vice-governador, prefeito e vice-prefeito, impedindo definitivamente que a população tivesse qualquer poder de decisão sobre a política de seu país. Desse modo, o poder durante o período concentrava-se nas mãos do Executivo, e assim como a população, as Câmaras Municipais, que eram por demais dependentes do centro, e acabavam por exercer, na verdade, um papel de homologadoras daquilo que era determinado por ele, não detinham autoridade real. E dessa forma continuou sendo, pelo menos até finais da década de 70 e a década de 80, quando inicia-se um processo de distensão política a partir do governo de Ernesto Geisel (1974-1979) com sua abertura política “lenta, gradual e segura” que supostamente objetivava a redemocratização, mas que na prática intencionava somente apaziguar a população que se encontrava descontente com o governo, principalmente devido a crise econômica³ que atingiria novo patamar

1 Acadêmica de História na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Estágio na Câmara Municipal de Curitiba supervisionado pela profª. Drª. Daniele Saucedo (PUCPR).

2 Os Atos Institucionais foram as 17 normas determinadas pelo governo federal durante a ditadura e que, de acordo com Américo Bedê Júnior (2013, p.162), estavam acima da própria Constituição, sendo a “expressão jurídica do regime militar”.

3 Segundo Rochelle Gutierrez Bazaga (2013), o “crescimento do endividamento estatal, que fez o Brasil recorrer ao FMI para obter empréstimos, a queda do PIB industrial, a política de arrocho salarial, entre outros fatores, fizeram com que o discurso do regime militar de desenvolvimento não mais contasse com o apoio da população, levando diversos setores da sociedade às ruas”.



nos anos 80, conhecidos como a década perdida. Perdida economicamente, de fato, mas como aponta Lucília de Almeida Neves Delgado (2007), não pode ser considerada uma década perdida se tratando da política brasileira, pois contou com avanços significativos para nossa democracia, especialmente com o movimento das Diretas Já.

Em 1979, já com Figueiredo (1979-1985), temos o fim do bipartidarismo, que havia sido instituído com o Ato Institucional nº 2 e reduziu o campo político à ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro), abrindo caminho para o surgimento de diversos partidos, inclusive de oposição ao regime, que viriam a ganhar força e impulsionar o movimento popular pelas diretas. A Lei da Anistia⁴ também entrou em vigor, permitindo o retorno dos políticos que foram exilados por sua contrariedade ao governo vigente, e as eleições diretas tornam-se tema recorrente de debate, voltando a ocorrer para alguns cargos como deputado federal, deputado estadual e prefeito – com exceção dos prefeitos das capitais – já em 1982.

Desse modo, a Câmara Municipal volta a ser composta por uma legislatura multipartidária, com maior liberdade e capaz de cumprir o papel devido do legislativo municipal de intermediário entre o povo e o poder público⁵, e que estava disposta a posicionar-se em favor da democracia na política brasileira, como é possível ver, por exemplo, nesse trecho do Livro de Atas de 1983, onde o vereador eleito Jorge Bernardi celebra sua realização:

4 Importante evidenciar, contudo, que tal lei foi somente colocada em pauta após ampla manifestação de movimentos populares como o Movimento Feminino pela Anistia e, posteriormente, o Comitê Nacional pela Anistia, e de início não beneficiou somente a oposição ao regime. Na verdade, a princípio a Anistia contemplou apenas um grupo restrito e acabou por favorecer em grande parte os militares que vinham cometendo crimes políticos desde 1964, ao ser aplicada para “crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”. Porém, acabou não beneficiando presos políticos e exilados de oposição enquadrados em crime de “terrorismo”, classificação dada arbitrariamente para muitos políticos e militantes combativos à Ditadura, fossem eles envolvidos na luta armada (ou iniciativas do tipo) ou não.

5 De acordo com Antônio Carlos Torrens (2018, p.129): “A Câmara Municipal é locus privilegiado do exercício da representação popular por meio de práticas como Tribuna Livre, acordo de lideranças, audiências públicas, proporcionalidade na participação dos partidos na Mesa e Comissões. Esses elementos democráticos evidenciam a centralidade do parlamento como espelho da sociedade.”.



Com a palavra o Vereador Jorge Bernardi discorre a respeito do direito e da ordem a ser restabelecida no País, afirmando que a eleição não foi uma dádiva dos poderosos que tutelam a Nação, mas uma conquista da Sociedade Civil. Finalizando, conclama todos às suas responsabilidades, afirmando que honrará o seu compromisso, solicitando a participação do povo para que haja uma Democracia Plena (Livro de Atas da Câmara Municipal de Curitiba de 1983).

Neste mesmo ano, foi proposta a Emenda Dante de Oliveira, apresentada pelo deputado federal Dante de Oliveira, do Mato Grosso, prevendo o retorno das eleições diretas para presidência da república e acendendo uma chama de esperança nos corações da população brasileira, ansiosa por ter seus direitos políticos restaurados. Assim nasce a campanha pelas diretas já, “o maior movimento cívico/popular da história brasileira” (Delgado, 2007, p.2), um movimento heterogêneo que reuniu indivíduos dos mais diversos grupos da sociedade civil, e que contou com a organização dos partidos de oposição, como o PMDB, o PDT, e o PT, que inclusive formaram o Comitê Nacional Partidário Pró-Diretas.

Os comícios pelas diretas foram os meios pelos quais o povo se unia para expressar sua indignação e apresentar suas reivindicações. Eram verdadeiras festas cívicas, onde reuniam-se artistas, jornalistas, políticos, estudantes, religiosos, que juntos entoavam palavras de ordem como: “Um, dois, três, quatro, cinco mil: queremos eleger o presidente do Brasil”, ou “Presidente, quem escolhe é a gente. Eleições Diretas Já”, entre outras. Nas palavras de Oliveira e Marinho (2012): “As ruas tornaram-se espaços de demonstração do projeto político elaborado fora do sistema de representação tradicional e o entusiasmo da ação contagiava os cidadãos”.

O primeiro comício aconteceu no dia 15 de junho de 1983 em Goiânia, reunindo cerca de 15 mil pessoas, e logo se seguiram outros comícios por todo o país, como o de São Paulo, que ocorreu no dia 27 de novembro, e o de Olinda em 05 de janeiro. Porém, foi Curitiba a cidade na qual ocorreu o primeiro grande comício, que contou com



a liderança de diversos partidos políticos. No dia 12 de janeiro de 1984⁶, o comício na Boca Maldita⁷ reuniu 50 mil pessoas, um público significativamente maior do que o dos precedentes, e serviu de exemplo para os próximos. Nos meses seguintes, até a data da votação da emenda em 25 de abril, diversos comícios, megacomícios, e até mesmo comícios-monstro ocorreram, sendo os maiores deles o de Belo Horizonte, onde compareceram 300 mil pessoas em 23 de fevereiro, o do Rio de Janeiro, com o impressionante público de 1 milhão de pessoas, e o de São Paulo, no dia 16 de abril na Praça da Sé, que contou com 1,5 milhão de pessoas, tornando-se a maior manifestação que o país já vira.

Apesar de clara a vontade popular pelas eleições diretas para presidente, a votação do dia 25 de abril de 1984 acabou por decepcionar a todos os que lutaram arduamente pelo restabelecimento da democracia. A emenda Dante de Oliveira não foi aprovada por 22 votos no Congresso, pois mesmo sendo a maioria dos votos a favor (298), com apenas 65 contra e 3 abstenções, 112 parlamentares faltaram à sessão, em boicote à iniciativa.

De fato, a decisão do Congresso abalou a sociedade brasileira que estava certa da aprovação da emenda, mas a luta ainda não havia cessado. Nova votação para uma emenda constitucional que restauraria as eleições diretas proposta pelo próprio presidente, João Figueiredo, estava prevista para o dia 27 de junho de 1984, o que

6 Estavam presentes nesse primeiro comício de 12 de janeiro nomes importantes para a política brasileira em meio ao processo de redemocratização, como Ulysses Guimarães (presidente nacional do PMDB) e Tancredo Neves, futuramente eleito de forma indireta como o primeiro presidente civil após os 21 anos de Ditadura Militar.

7 A Boca Maldita, na rua XV de Novembro, desde a inauguração do calçadão nos anos 1970, é palco de discussões e manifestações do universo político, sendo também palco de comícios, passeatas e demais tipos de atos. Logo ao lado, na Praça Osório, pouco antes do comício de 25 de junho começar oficialmente, reuniram-se diversas pessoas para prestigiar a inauguração de um monumento em homenagem ao senador Teotônio Vilela, considerado um patrono do movimento pelas diretas, mas que faleceu em 1983 e não pode presenciar o retorno da democracia. No monumento consta a seguinte frase dita por Teotônio: “Temos, todos nós, por ação ou omissão, estímulo ou incompreensão, responsabilidade dos fatos da história”.



acarretou em mais manifestações populares visando pressionar o Congresso Nacional. Os curitibanos novamente mostraram-se engajados e outro comício foi marcado para o dia 25 de junho, o qual foi divulgado em peso por jornais, como por exemplo o Correio de Notícias (Figura 1), pelos canais de televisão e também através de panfletos, volantes e cartazes.

FIGURA 1 - Recorte do jornal Correio de Notícias, 24 de junho de 1984

Um comício-monstro, se o tempo ajudar

Doze de janeiro, fim de tarde na Boca Maldita. Tempo bom, temperatura agradável, 50 mil pessoas assistem ao primeiro comício pelas eleições **diretas**. Ninguém poderia prever que aquela concentração, até certo ponto desprezível, seria a largada para a maior mobilização popular deste país. Muitos não acreditavam no sucesso do comício de Curitiba e bem poucas figuras de expressão política estiveram aqui. Havia grande preocupação com possíveis distúrbios e agitações da multidão. Precauções foram tomadas e nada disso aconteceu. Sucedeam-se concentrações semelhantes por todo o país com um desfecho apoteótico no Rio e em São Paulo.

A finalidade dessas mobilizações - aprovar a emenda Dante de Oliveira, que devolveria as eleições **diretas** para presidente - não foi atingida. O Congresso Nacional rejeitou a emenda. Mas a esperança não morreu ali. Amanhã, 25 de junho, na mesma Boca Maldita, e com torcida para que o tempo esteja bom e a temperatura agradável, a história se repete. O Paraná dará novamente a largada para o segundo **round** da mobilização pelas eleições **diretas**, com o mesmo entusiasmo da primeira vez e com um brilhante bem maior. Estarão aqui nada menos do que sete governadores de oposição e o presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães e um sem número de parlamentares de outros Estados.

É certo que o panorama é outro e o objetivo mais difícil de alcançar. Mas é certo também que a vontade está redobrada, não só pela necessidade, mas igualmente pela perspectiva promissora de sucesso. O engajamento na preparação é um chamariz à parte, que tem funcionado bem e garante, por si só, parte do sucesso da concentração de amanhã.

PREPARAÇÃO

Tudo que tinha de ser feito, já o foi. Cartazes foram espalhados por toda a cidade, panfletos distribuídos por todos os cantos. Venda de camisetas e botões na Boca Maldita. Mini-comícios se espalharam por clubes e associações de bairros, alguns não passando de simples reuniões, mas reunindo muita gente. Enfim, as marcas do comício estão impregnadas por toda a grande Curitiba, com inscrições nos muros, no próprio asfalto, em automóveis. E, mais que isso, nas próprias pessoas, que se vestem: de verde-amarelo, usam adereços que identificam a mobilização e carregam no coração o sentimento e a vontade de participar.

Eufórico, Alvaro Dias, presidente do PMDB do Paraná sustenta que "não há um cidadão sequer que não saiba da realização deste comício". Tudo foi esquematizado nos mínimos detalhes: alojamento para

os governadores, artistas e convidados. Policiamento definido, horário estabelecido e mais um conjunto de medidas menores que, somadas, representam tarefa gigantesca. E tudo com uma só finalidade: mobilizar o maior número de pessoas e garantir o sucesso da campanha pelas eleições **direta-já**.

TRANSPORTE

Seguramente, peça importante para atrair a população, a questão do transporte coletivo, mereceu atenção especial. O Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo, em acordo com os organizadores do comício, colocou cerca de 200 ônibus à disposição das associações de bairros, a fim de transportar gente para o comício desde os bairros mais distantes. São mais de 150 ônibus só para a Capital e outros 50 para a Região Metropolitana.

Aos que não utilizarem o sistema de transporte coletivo, é bom lembrar que a região central estará interditada ao tráfego de veículos, à partir das 16 horas. Assim, quem pretender chegar à concentração de automóvel, terá que observar os locais permitidos ao tráfego, evitando o miolo da cidade, virtualmente congestionado. Policiais militares do BP-tran darão orientação aos motoristas. O comércio da região da Boca Maldita também dará sua contribuição, fechando mais cedo.

FONTE: Correio de Notícias, ed. 900 (1984).

Em vista dessa nova mobilização popular, os vereadores da Câmara Municipal de Curitiba não deixaram de manifestar-se em favor do movimento, como é possível observar no trecho do Livro de Atas da Câmara onde o vereador Hasiel Pereira chama



os Parlamentares Paranaenses do Congresso Nacional para participarem da campanha pelas diretas (Figura 2).

FIGURA 2 - Recorte do Livro de Atas da Câmara Municipal de Curitiba de 1984.

Do Vereador Hasiel Pereira, aos Parlamentares Paranaenses que compõem o Congresso Nacional para que participem do movimento pelas eleições diretas para Presidente da República.- Do Vereador Jorge Bernardi, subscrito por diversos Srs. Vereadores, votos de congratulações ao Sr. Deputado Conselheiro

FONTE: Livro de Atas da Câmara Municipal de Curitiba, Sessão do dia 1º de março de 1984.

O comício do dia 25 de junho cumpriu com o que prometeu. Mais uma vez, cerca de 50 mil pessoas estiveram presentes na Boca Maldita para protestar o resultado desanimador que se teve em abril e exigir um desfecho diferente na votação da emenda de Figueiredo. O apoio das mais diversas figuras públicas, artistas e líderes políticos foi de suma importância para o sucesso do movimento. Alguns vereadores da Câmara de Curitiba inclusive participaram e colaboraram para o comício, tanto do PMDB (Figura 3) quanto do PDS (Figura 4), um partido que tendia a ser contrário à campanha, como pode-se ver nos recortes a seguir:

FIGURA 3: Recorte do Jornal Correio de Notícias, 24 de junho de 1984

recimento amanhã. A unidade e com...
meiro comício, o do dia 12 de janeiro". O vereador Hasiel Pereira que estava próximo, completou a informação: "Só o meu gabinete vai trazer oitenta ônibus cheios com pessoal das vilas".
... foram chegando

FONTE: Correio de Notícias, ed. 900 (1984)

FIGURA 4: Recorte do Jornal Correio de Notícias, 26 de junho de 1984



va: "filho da p...". O povo também vaiou o PDS quando o vereador Algaci Túlio foi ao palanque defender as eleições diretas. Mas mesmo sob as intensas vaias, ele insistiu em sua posição, e continuou o seu discurso. E ele remeteu as vaias a Brasília.

Assim, ficou mais uma vez provado que as diretas-já não são a bandeira de um só partido, mas do povo brasileiro. E se na multidão puderam ser registradas as bandeiras do PT, do PMDB, do PC do B, do PDT, dos estudantes, dos servidores federais em greve, além de muitas outras, no palanque conviviam democraticamente deputados de vários partidos, o ex-prefeito de Curitiba Jaime Lerner e o vereador do PDS Rafael Greca.

FONTE: Correio de Notícias, ed. 901 (1984)

Mesmo com tamanha mobilização, contudo, as esperanças dos brasileiros foram novamente esmagadas, pois após o adiamento da votação para o dia 28 de junho, o presidente Figueiredo retira a emenda, que nem chega a ser votada. A frustração foi grande, é verdade, e o objetivo central do movimento pelas diretas não foi alcançado de imediato. No entanto, a campanha contribuiu indiscutivelmente para a desarticulação do regime e com ela, ficou claro que o povo não aceitaria outro sistema se não a democracia. A pressão sobre o Colégio Eleitoral fora suficiente, e teve o efeito desejado, conseguindo que este escolhesse um presidente civil que também ansiava pelas eleições diretas: Tancredo Neves, que morre pouco após tomar posse. Assim, as eleições diretas ficam determinadas para 1989, quando de fato ocorrem.

Essa é, portanto, a importância dessa campanha e desse momento da história brasileira, que como afirma Bazaga (2013):

foi um divisor de águas no que se refere a construção de uma democracia brasileira, com pautas próprias e seu jeito próprio de se constituir, logo as "Diretas Já" foram preponderantes para esse processo, sendo o primeiro momento em que o povo retoma as ruas e um



sentimento nacional de participação popular, volta a vigorar e fazer parte da pauta nacional de discussões.

A campanha das Diretas Já deixa, desse modo, uma marca na política brasileira que jamais deve ser esquecida, demonstrando a importância do direito de escolha da população e de como tal direito é frágil, precisando ser valorizado e, sempre que ameaçado, reivindicado e reforçado, pois mesmo antes de 1964, foram poucos os momentos em que o povo brasileiro teve a liberdade de eleger o próprio governante.

Além disso, a união dos mais variados grupos sociais e inclusive de políticos pertencentes a partidos com posicionamentos divergentes, como os vereadores da Câmara Municipal de Curitiba, também mostra a relevância desse movimento, que aproxima esses segmentos da sociedade que vinham atuando distantes um do outro. Desse modo, a Câmara e os camaristas fizeram o que sua função exigia, constituindo eles mesmos uma legislatura que foi eleita: representaram os anseios da população curitibana e agiram em prol de uma mudança no cenário político brasileiro.



REFERÊNCIAS

JÚNIOR, Américo Bedê. Constitucionalismo sob a ditadura militar de 64 a 85. **Revista de Informação Legislativa**, n. 197, p. 161-174, jan./mar. 2013. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/50/197/ril_v50_n197_p161.pdf

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. A Campanha das Diretas Já: narrativas e memórias. XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007, São Leopoldo. Disponível em: <http://eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/anpuhnacional/S.24/ANPUH.S24.0716.pdf>

NERY, Vanderlei. Diretas Já: a busca pela democracia e seus limites. **Lutas Sociais**, n.24, p. 70-77, 1º sem. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/ls.v0i24.18836>

BAZAGA, Rochelle Gutierrez. As “Diretas Já”: Uma análise sobre o impacto da campanha no processo de transição política brasileira. XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, http://memoria.bn.gov.br/DocReader/325538_00/1Natal. Disponível em: <http://eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/anpuhnacional/S.24/ANPUH.S24.0716.pdf>

TORRENS, Antonio Carlos. A atividade legislativa municipal e sua efetividade. **Revista NEP**, 18 de jun. de 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/nep.v4i1.60218>

PASTRO OLIVEIRA, S. D.; MARINHO, M. G. da S. M. da C. DIRETAS JÁ, UM MOVIMENTO SOCIAL HÍBRIDO. **Revista Debates**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 129, 2012. DOI:



10.22456/1982-5269.31344.

Disponível

em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/31344>. Acesso em: 5 ago. 2024.

NERY, Vanderlei Elias. A campanha Diretas Já e a transição brasileira da ditadura militar para a democracia burguesa. 2012. 193 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

WESTIN, Ricardo. Há 40 anos, Lei da Anistia preparou caminho para fim da ditadura. **Arquivo Senado**, 5 de ago. de 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-40-anos-lei-de-anistia-preparou-caminho-para-fim-da-ditadura>

FONTES

Correio de Notícias. Curitiba, 24/06/1984. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/325538_01/1599. Acesso em: 2 out. 2024.

Correio de Notícias. Curitiba, 24/06/1984. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/325538_00/1. Acesso em: 2 out. 2024.

Correio de Notícias. Curitiba, 26/06/1984. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/325538_01/1622. Acesso em: 2 out. 2024.

Livro de Atas da Câmara Municipal de Curitiba, Sessão do dia 1º de março de 1984.